



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 56/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10972/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 151/2016 (fls. 2792/2873).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4130/2016-MP-RCKS, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2874/2881).

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2014.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das Contas.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º, e 2º, da Constituição Federal, c/c o art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM e artigo 3º (I, II ou III) da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO**, no sentido de:

**9.1 - RECOMENDAR** à Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, que **DESAPROVE** as contas do Prefeito do Município de Santo Antônio do Içá, Senhor **Abraão Magalhães Lasmar**, relativas ao exercício financeiro de 2014, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis, resultado de atos dolosos que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação do Relatório/Voto;

**9.2- DETERMINAR** à Câmara Municipal de Santo Antônio do Içá, o **cumprimento** do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º, da Constituição do Estado do Amazonas, especialmente quanto ao prazo de sessenta dias para o julgamento das Contas do Prefeito, contados da publicação no DOE do presente Parecer Prévio.

**10- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de Outubro de 2016.



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**PARECER PRÉVIO Nº 56/2016 -TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 56/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2016 – TCE-Tribunal Pleno)**

**1- Processo TCE nº 10972/2015.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Sr. Abraão Magalhães Lasmar, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Içá e Ordenador de Despesas, à época.

**6- Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 151/2016 (fls. 2792/2873).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4130/2016-MP-RCKS, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 2874/2881).

**8- Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**Ementa:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Exercício de 2014.

*Contas Irregulares. Multas. Prazo. Determinações à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá. Encaminhamento ao MPE/AM. Notificação ao interessado.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas no art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, no sentido de:

**9.1- À unanimidade:**

**9.1.1- Julgar IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, referente ao exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do Ordenador de Despesas, Senhor **Abraão Magalhães Lasmar**, conforme o art. 22, inciso III, alínea “b” c/c art. 25, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;

**9.1.2- Aplicar multa** ao Prefeito, Senhor **Abraão Magalhães Lasmar**, no valor de R\$ **8.800,00**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em decorrência das irregularidades descritas nos itens 18/19; 20/23; 28/30; 31/33; 34/35; 37/38; 43/47; 48/50; 53/58; 61/64; 65/67; 68/69; 72/73; 74/75; 76/77, do Relatório/Voto;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 56/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2016 – TCE-Tribunal Pleno)**

**9.1.3- Conceder** ao responsável o **prazo** de 30 (trinta) dias para que recolha aos cofres estaduais as multas aplicadas nos itens acima, autorizando-se desde já o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º, CRF/88), encaminhando-se, se for o caso as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotado decisão terminativa;

**9.1.4- Determinar** à Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Itá:

- a)** Que cumpra o disposto no art. 94 da Lei nº 4.320/64;
- b)** Que adote as medidas necessárias para efetivar a exigência legal, cumprindo o disposto no art. 11, da Lei Complementar nº 101/2000;
- c)** Que observe e cumpra os prazos para a remessa de dados ao Sistema GEFIS; além da adoção de medidas para a atualização continuada no Portal da Transparência;
- d)** Que adote medidas para criar e efetivar um sistema de controle de frota, visto que as atividades de gestão e fiscalização são finalísticas da Administração, ou seja, dizem respeito à concretização de um múnus público, relacionado à boa administração da coisa pública;
- e)** Que cumpra o disposto no art. 21, da Lei nº 8.935/1994;
- f)** Que implemente e regulamente procedimentos que englobem a subvenção dos médicos, visando dar cumprimento aos princípios reguladores da Administração Pública como: a Legalidade, Moralidade, Impessoalidade (art. 37, da CF/88), afastando hipóteses de arbitrariedade e desvios de finalidade;
- g)** Que implante um sistema de planejamento para a locação de barcos e lanchas, almejando dar mais efetividade à execução das suas atividades; ademais, que implemente relatórios de execução, inclusive identificando os beneficiários da prestação do serviço;
- h)** Que cumpra as disposições da Lei nº 8.069/90, especialmente quanto a atuação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança;
- i)** Que cumpra o disposto no art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93;
- j)** Que cumpra o disposto no art. 60, 61, parágrafo único e 62, todos da Lei nº 8.666/93;
- k)** Que adote medidas para implementar previsão nos Edital de Licitação de tratamento diferenciado as micro e pequenas empresas, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 123/2006;
- l)** Que cumpra os arts. 58, 60 e 61 da Lei nº 4.320/64; caput do art. 62; art. 62, §§ 2º e 8º da Lei nº 8.666/93; art. 9º da LC 101/00;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 56/2016-TCE-TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 56/2016 – TCE-Tribunal Pleno)**

**m)** Que cumpra o art. 67, da Lei nº 8.666/93;

**9.1.5- Encaminhar ao Ministério Público do Estado do Amazonas**, as peças processuais necessárias à demonstração da necessidade de investigação e apuração de ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 22, da Lei nº 8.429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno, imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais previstos no art. 25, da referida Lei;

**9.1.6- NOTIFICAR** o interessado com cópia do Relatório/Voto e o presente Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso;

**9.2- Por Maioria, aplicar MULTA**, no valor de **R\$ 12.056,33**, fundamentada no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 e no art. 308, II, da Resolução nº 04/2002 deste Tribunal (Regimento Interno), por inobservância dos prazos legais para remessa ao Tribunal dos documentos referidos nos itens 11/12 do Relatório/Voto, relativos a ONZE (fevereiro a dezembro) meses do exercício financeiro.

Vencido o Exmo. Sr. Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso no ACP.

**10- Ata:** 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 25 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral